

**DISPUTA LITERÁRIA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EM
PORTUGAL A PARTIR DA OBRA *O FILÓSOFO SOLITÁRIO*
(1786-1787)**

Rossana Agostinho Nunes*

RESUMO

Entre os anos de 1786 e 1787 veio à luz em Portugal o livro anônimo *O filósofo solitário*. Composto em três volumes e publicado sob o aval dos órgãos responsáveis pelo sistema de censura da época, tratava-se, na verdade, de uma tradução seletiva de um livro francês proibido de circular em Portugal quinze anos antes. A sua publicação repercutiu no meio literário ibérico, suscitando panfletos anônimos em resposta em terras lusas e elogios na Espanha. Entre críticas e elogios, *O filósofo solitário* conduz a algumas das principais discussões filosóficas de sua época, convidando-nos a uma reflexão sobre o modo como essas ideias circularam, foram lidas e reestruturadas no cenário português de finais do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVES: Filósofo Solitário, Iluminismo Português, Leis da Natureza, Disputa Literária, Circulação de Ideias.

ABSTRACT

Between the years 1786 and 1787 the anonymous book *O filósofo solitário* was published in Portugal. Printed in three volumes and published with the permission of the Portuguese censorship, the book was in fact a selective translation of a French book forbidden in Portugal fifteen years ago. The publication reverberated in Iberian literary world producing, in response, anonymous flyers in Portugal and praise in Spain. Between criticism and praise, *O filósofo solitário* invites the reader to engage in some of the major philosophical discussions at the time, inviting us to think about how these ideas circulated, were read and restructured in Portugal at the late Eighteenth century.

KEYWORDS: Filósofo Solitário, Portuguese Enlightenment, Laws of Nature, literary dispute, Movement of Ideas.

* Doutoranda em História Política pelo PPGH/UERJ sob a orientação da professora Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Bolsista Capes. Endereço: Avenida das Américas, 29470, Barra de Guaratiba, 23020-470, Rio de Janeiro.

Introdução

11 de Março de 1771. Um parecer da Real Mesa Censória proibia a circulação em terras lusas dos três volumes do livro francês *De la Philosophie de la Nature*. Para Fr. Luís do Monte Carmelo, responsável pela análise, a obra não só não servia “para iluminar e instruir”, como podia “inficionar aos rudes e ignorantes destes Reinos”. Aos doutos, por sua vez, era “totalmente inútil.” Nela encontrariam somente uma comentada miscelânea de outros escritos, alguns permitidos, outros proibidos de circular no Reino. O parecer, por sua vez, foi confirmado por outros dois censores: Fr. Francisco de Sá e Antônio Pereira de Figueiredo (IANTT, Real Mesa Censória, Cx7, n°22).

A proibição não impediu que a obra, ou pelo menos partes dela, circulasse. Anos depois, entre 1786 e 1787, três volumes foram publicados, anonimamente e com a permissão dos órgãos responsáveis pelo sistema de censura em Portugal, sob o título de *O Filósofo Solitário*. Tratava-se, na verdade, de uma tradução seletiva do livro francês proibido de circular em 1771.

Um ano depois, em 1788, a obra foi traduzida e publicada na Espanha sob o título de *El filósofo Solitario*. Como o próprio nome indica, o tradutor espanhol utilizou a versão portuguesa e não o original francês, o qual se conhecia não comunicara aos leitores. Pretendia com isso prestar um serviço útil a sua Pátria. Desejava, do mesmo modo, que sua tradução tivesse entre os leitores espanhóis a mesma acolhida que a portuguesa tivera entre os portugueses. O cenário, destacava, era favorável; depois que as providências do Ministro retiraram do desterro a Filosofia, havia crescido a estimacão por esses tipos de livros na Espanha (1788, v. 1, p.8).

Favorável ou não, o fato é que no mesmo ano de 1788, saiu o segundo volume da tradução espanhola. Explicara que a boa recepção do primeiro volume e a ânsia com que o público o buscara fizeram com que apressasse a tradução do segundo. Confirmava-se com isso o conceito que fizera acerca do bom gosto dos espanhóis em assuntos filosóficos. “Sin duda ninguna que la ilustracion hará entre nosotros rápidos progresos si se introduce generalmente la lectura de los libros que tratan de Filosofia” (1788, v. 2, p.3).

Anos depois, na edição do dia 20 de Agosto de 1814, a *Gaceta del Gobierno de Mexico* anunciava a venda do livro *El filosofo solitário* junto à livraria da oficina de D. José Maria de Benavente. Os dois tomos em oitavo disponíveis, informava o periódico, haviam sido escritos pelo P. Almeida (1814, v. 5, p. 930).

Teodoro de Almeida, padre português da Congregação do Oratório, foi apontado, ao menos por alguns contemporâneos, como sendo o autor de *O Filósofo Solitário*. O tradutor espanhol da edição de 1788, embora advertisse o leitor da impossibilidade de dizer o nome e a profissão do autor da obra, não se furtou em lançar uma pequena nota, onde esclarecia que, logo depois de ter entregado o primeiro tomo à censura para solicitar a licença régia, soube de um amigo português, morador de Lisboa, que lá costumava se atribuir o livro ao Padre Teodoro de Almeida. Um ano depois, a mesma informação era transmitida pelo *Memorial instructivo y curioso de la Corte de Madrid*.

El Autor de esta obra que por moderacion oculto su nombre se cree comunmente en Portugal ser el Padre Teodoro de Almeyda de la Congregacion del Oratorio, tan conocido por su literatura y erudicion, como venerado por su virtude y filosofia christiana (1789, p.302).

Historiadores como Francisco Domingos Contente (1994, p. 153-154) e João Luís Lisboa (1991, p. 119) contestam a suposta autoria de Teodoro de Almeida. Autor ou não, o fato é que entre os espanhóis de finais do XVIII a obra foi vinculada ao nome do oratoriano, vinculação esta que, convém destacar, persiste até os dias atuais. Basta, para tanto, buscar pelo título *El filosofo solitario* junto à Biblioteca Nacional da Espanha. Lá não somente consta o nome do autor, Teodoro de Almeida, como o nome do suposto tradutor espanhol, José Miguel Alea Abadía, pseudônimo de Jayme Albosía de la Veja. Abadía é considerado ainda o tradutor de vários outros títulos, dentre eles, *El amigo do príncipe y de la patria o El buen ciudadano*, traduzido do francês e publicado em Madrid nos mesmos anos que *El filosofo solitário*, 1788-1789.¹

¹ A obra *El amigo do príncipe y de la patria o El buen ciudadano* é uma tradução da obra francesa *L'ami du prince et de la patrie. ou le bon citoyen*. Impressa em Paris em 1769. Dez anos depois, o livro francês foi traduzido para o português e publicado com o título de *O amigo do Príncipe e da Pátria: ou o bom cidadão*.

Supostas autorias à parte, o fato é que entre a obra francesa *De la philosophie de la nature*, publicada em 1770, e as versões portuguesas e espanholas agrupadas pelo título de *O Filósofo Solitário* de finais da década de 1780, não foi só o título que mudou, mas a própria estrutura da obra, conduzindo-nos, por sua vez, a questões próprias ao cenário lusitano de finais do século XVIII e que, em seu conjunto, remetem ao lugar ocupado pela religião nessa sociedade. À medida que lemos os volumes portugueses, difícil não se questionar: seria *O Filósofo Solitário* uma expressão daquilo que entre os historiadores luso-brasileiros convencionou-se chamar de Iluminismo Católico Português em contraposição ao movimento mais radical das Luzes francesas? Noutras palavras, de um movimento de ideias centrado na defesa de uma harmonia entre razão e revelação? (CALAFATE, 1998) Lançada a pergunta, passemos à análise do livro. Duas dimensões serão avaliadas: em primeiro lugar, o caráter da tradução empreendido pelo tradutor português. E segundo, a polêmica literária gerada em torno da obra. Entre os anos de 1786 e 1789, vários panfletos foram publicados em resposta aos três volumes da obra *O Filósofo Solitário*. Quanto à pergunta, deixemo-la para às considerações finais.

Da *philosophie de la nature* ao filósofo solitário

A tradução foi denunciada em um panfleto anônimo intitulado *Resposta segunda ao Filósofo Solitário, por hum amigo dos homens: na qual se mostra que toda a sua obra não he mais que huma simplez tradução*. Publicado em 1787, o escrito demonstrava, por meio de citações do original francês, que os dois volumes até então publicados do *Filósofo Solitário* não passavam de uma “simples tradução” da obra francesa proibida de circular no reino. A denúncia, porém, não impediu a publicação do terceiro volume, também ele uma tradução, lançado no mesmo ano de 1787.

Para além da denúncia, o referido panfleto levanta duas reflexões: primeiro, acerca dos circuitos de troca de informações existentes em Portugal ao final do século XVIII. Segundo, sobre o caráter da tradução empreendida pelo *Solitário*.

Conta o autor da *Resposta* que, sendo ele médico e indo visitar um doente, viu que as pessoas disputavam sobre a utilidade ou não da medicina. Um dos que disputavam tinha em suas mãos a primeira parte do *Filósofo Solitário*, livro que

conheceu naquela ocasião. Tomou o escrito emprestado ao dito sujeito e, não concordando com o seu conteúdo, pôs-se a escrever uma resposta. Publicou como *Resposta ao filósofo solitário, em abono da verdade* (1787). “Como pede a civilidade”, informou a algumas pessoas sobre o panfleto escrito. Foi uma dessas pessoas que, respondendo-lhe por meio de uma carta, denunciou e demonstrou a referida tradução.

Meu amigo do coração, recebi a sua Resposta ao Filósofo Solitário, eu antes lhe chamara Impostor atrevido. (...) Li-a de uma vez. (...) Ainda não tinha visto o tal Filósofo; pelo que o mandei buscar; e em vez da Primeira parte me trouxeram também a Segunda. Li-as ambas, e pareceu-me que já tinha lido aquilo em certa obra. Com efeito, não trabalhei muito para descobrir a lebre. V.M. sabe que tenho licença para ter todos os livros proibidos. Entre alguns deles tenho uma obra anônima com o título de *Philosophie de la nature*. É em 6 volumes. Daqui traduziu o tal Solitário tudo o que tem publicado sem discrepar uma só vírgula (1787, p. 8-9).

Embora não declare o nome de seu amigo, fica nítida a existência de conexões pessoais, por meio das quais informações sobre o mundo literário eram trocadas e transmitidas. O caso não era único. João da Costa e Sousa, formado em Cânones e processado pelo Santo Ofício de Lisboa em 1779 sob a acusação de heresia, havia lido a obra de Mirabeau sobre o materialismo “que lhe tinha emprestado D. Rodrigo, filho do Embaixador de Portugal na Corte de Madrid” (ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3250, f8). Jerônimo Francisco Lobo, estudante em Coimbra, foi para Valença nas suas férias de 1776. Lá tratou com militares sobre pontos de religião – os mesmos militares que pouco tempo depois foram implicados e presos pelo Santo Ofício acusados de heresia e de libertinagem. De volta à Universidade, comunicou-se com outros estudantes, dentre eles, Moraes Silva, o qual, entretanto, não integrava o círculo de seus companheiros mais diretos. De lá, enviou cartas para João da Costa e Sousa, residente em Lisboa. Por meio delas, comunicou notícias de Coimbra e algumas de suas angústias sobre a religião (ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6111).

Tanto o caso do anônimo descobridor da “farsa” quanto dos implicados pelo Santo Ofício nos idos de 1779 demonstram a existência de um submundo, onde conexões pessoais eram estabelecidas e informações, muitas das quais proibidas de circularem, eram trocadas. Suas fronteiras, como deixa ver o caso de Jerônimo Francisco Lobo, nem sempre restringiam se a um território geográfico específico.

A segunda reflexão deriva do tipo de tradução empreendido pelo *Solitário*. Ao contrário do que afirmou o anônimo em sua *Resposta*, a obra portuguesa não fora uma simples tradução, “palavra por palavra”, do original francês. Não obstante a cópia literal de vários trechos, estes não só tiveram a ordem inicial alterada, como vários foram eliminados pela versão portuguesa. Pequenos trechos, quase comentários, foram inseridos, conduzindo-nos, como se verá, a um conjunto de ideias originais e distintas daquelas enunciadas pelo autor francês. Porém, antes de se passar à análise da tradução, cumpre apresentar a edição portuguesa.

Composto em três volumes e oscilando entre temáticas diversas, *O Filósofo Solitário* tem como eixo argumentativo central a defesa de uma vida solitária e, portanto, longe da sociedade, para aqueles que buscam a verdade. Somente longe das cidades e dos povoados é que a Natureza pode ser de fato compreendida e estudada:

Quem busca as causas naturais dos efeitos naturais, deve habitar nos montes; porque a Natureza fala por uma boca na solidão, e por outra nos povoados. Eu nasci na sociedade, vivi na sociedade, e estudei na sociedade; mas só depois que a deixei, conheci as vantagens que sobre ela tem a vida solitária (1786, v.1, s/p).

Assim, gozando de uma vida solitária, rompendo com a autoridade e estudando diretamente a natureza por meio de sua razão natural, o Solitário se propõe discorrer sobre o Homem e os seus ofícios, sobre a origem das Artes e das Ciências, sobre o culto que se deve a Deus, entre outros.

O primeiro volume é dedicado ao estudo do corpo, ou seja, da parte material de que é composto o Homem: os cinco sentidos, a perfeição do corpo humano e a sua degradação em função da sociedade – as modas e seus usos extravagantes, os perigos da Medicina, a ingestão de carne – a origem dos corpos sensíveis e o seu elemento primitivo, a variedade da espécie humana com as suas diferenças – os negros, os gigantes, os homens degenerados, o hermafroditismo, os homens castrados; enfim, um misto variado de questões integra a primeira parte.

O segundo volume não foge ao ecletismo do primeiro. Dedicado ao estudo da alma, a segunda substância de que é composto o Homem, aparece igualmente

subdividido em vários itens, nos quais argumenta quanto à existência da alma, ao seu caráter simples, sensível, imaterial, ativo, imortal e livre em pensar:

Quem pode cativar o entendimento de um Homem? Que ferros o podem prender, para que não discorra? Nesta parte é livre apesar dos sofismas de um Fanático, dos caprichos de um Entusiasta, e das prisões subterrâneas de um Despótico. Almas escravas só as têm os homens mal organizados, despóticos, e entusiastas. [§] A nossa Alma pelo seu pensamento sacode o jugo de todos os poderes da terra: alarga os limites da Natureza, e corre pela imensa região das abstrações. Tanto lhe custa criar monstros, como perceber objetos sensíveis. Tudo me prova a extensão da sua liberdade: nada a limita. Posso defini-la como Pascal definiu a Natureza. Um círculo infinito, cujo centro está em tudo, e cuja circunferência se não vê de parte alguma (1787, v.2, p. 17).

O terceiro volume é ainda mais abrangente. Apresenta os princípios de uma nova lógica, discorre sobre o direito natural e o amor universal, tenta provar a existência de Deus por meio de um princípio natural, defende o teísmo, critica a superstição, além de retomar a análise sobre a alma humana.

Não obstante toda a abrangência temática em que se assentam os volumes, todos eles são marcados pela defesa de uma vida conforme os ditames da natureza e pela crítica aos abusos e deformações que a vida em sociedade promoveria em relação a uma suposta harmonia natural.

A obra francesa *De la philosophie de la nature* (1770) é igualmente abrangente. Tendo por objeto central o homem moral e, por conseguinte, seus deveres em relação a Deus, a ele mesmo e a sociedade, Deslile de Sales, autor do livro, se propõe estudar Deus, o homem e a natureza.² Tripla ciência que, segundo ele, não só era necessária para tornar o entendimento mais perfeito, como era a base da Filosofia da natureza, cerne de toda a sua proposta analítica. Daí, a atenção dada ao direito natural, apontado como fundamento da moral no decorrer do livro.

Composto inicialmente em três volumes – os quais foram analisados e censurados pelas autoridades portuguesas em 1771 – conheceu, nos anos seguintes, a publicação de outros. Em 1787, o denunciador da tradução atestava a existência de seis

² Segundo António Alberto de Andrade, Deslile de Sales nasceu em Leão em 1743. Era ex – oratoriano e egresso do jansenismo (1966, p. 404).

volumes. Não parou por aí. Atualmente, consta na Biblioteca Nacional de Portugal o livro francês em dez volumes.³

O fato é que, à época em que veio à luz *O Filósofo Solitário* haviam sido publicados seis volumes da *Philosophie de la nature*. Destes, o tradutor português utilizou apenas os cinco primeiros. O último, dedicado especificamente a temáticas relativas à religião – os ministros, mistérios, ressurreição, paraíso, diabo, leis intolerantes, massacres &c – não foi utilizado.

Os cinco volumes selecionados não foram, por sua vez, plenamente traduzidos. Inúmeras passagens foram descartadas, dentre elas as que falavam sobre o tribunal da Inquisição. As alusões a Voltaire e a Rousseau também foram suprimidas. Assim como as passagens que expressavam o tolerantismo. Basta um exemplo.

Ao falar sobre a religião natural, afirmou Deslile de Sales:

La religion, suivant la Philosophie da plus sublime, est la justice qu'on doit à Dieu: cette justice sa manifeste par le culte. On peut, fidele aux impressions du sens moral, rendre à Dieu un hommage pur & sincere, sans reconnoiter d'autre prêtre que soi-même, & d'autre autel que son coeur: voilà ce que j'appelle le culte de l'homme. On peut aussi manifester son hommage par des cérémonies extérieures & des rites approuvés par le gouvernement sous lequel on vit; & voilà ce qu'on peut appeller le culte du citoyen. [§] Le culte de l'homme ou le Théismo, est un métal qui s'amalgame avec toutes les religions de la terre: celle dont le culte naturel est la base, & dans laquelle toutes les parties qui la constituent paroissent homogenes, est la seule qui soit l'ouvrage de Dieu; toutes celles où l'aliage domine sur la matiere primitive, sont l'ouvrage des hommes. [§] Machiavel qui eût peut-être créé la politique, s'il n'eût pas vécu en Italie, a eu de singulieres idées sur le culte de l'Être suprême [...] (1770, v.1, p.251-253).

O Solitário, por sua vez, traduziu o trecho acima da seguinte forma:

A religião, segundo a mais sublime Filosofia, é uma justiça, que se deve a Deus: esta justiça manifesta-se pelo culto. A' vista disto, sendo nós fieis às impressões do sentido moral, podemos dar a Deus um culto puro, e sincero, sem reconhecer outro sacerdote mais que nós mesmos, e sem outro altar mais que o nosso coração. [§] Eis-aqui o que eu chamo culto do Homem. Pode-se também manifestar este culto por certos ritos, e por certas cerimônias exteriores, aprovadas pela autoridade de quem nos governa. Eis-aqui o que eu

3

Cf. http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=136384525KKU8.202229&profile=bn&uri=link=3100018~!1351878~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=Sales%2C+Jean+de&index=AUTHOR#focus

chamo culto da sociedade. [§] Machiavel, que podia ser criador da Política, senão abusasse dos seus talentos, teve ideias singulares sobre o culto do primeiro Ser (1787, v.3, p. 60).

Duas alterações se manifestam n' *O Filósofo Solitário*: primeiro foi alterado o trecho sobre Maquiavel. Ao invés de “se não tivesse vivido na Itália”, o tradutor português optou pela originalidade: “senão abusasse dos seus talentos”. Indicava com isto certa oposição ao pensamento do escritor florentino, postura que, convém notar, já havia sido expressada em trechos originais anteriores: “O homem sincero estuda as máximas de Rochefoucault; o velhaco estuda as máximas de Machiavel”(1786, v.1, p. 102).

Segundo, suprimiu um parágrafo inteiro onde, ao falar sobre todas as religiões da terra, o autor francês supõe-nas em um mesmo nível, deixando subentendido, por conseguinte, a tolerância religiosa. Tolerância abertamente manifestada e defendida em diferentes trechos do livro francês. “Par-tout où les puissances sont tolérantes, les arts se perfectionnent, les lumières s’augmentent, & les hommes sont heureux.” (1777, v. 6, p. 139).

A supressão não foi fortuita. Em vários trechos da versão portuguesa, o autor-tradutor fez questão de pontuar os erros de outras religiões e de afirmar as verdades cristãs. Em certa ocasião, ao apontar a importância dos banhos em água fria na cura de certas doenças e destacar a continuidade da prática em seus dias entre os Turcos e os Russos – até aí traduzido do original – completou o argumento inserindo uma reflexão própria: “Mas um Turco, e um Russo há de ser o modelo de um Católico na Medicina? Eis aqui o argumento, que me pode fazer quem não tem ânimo de os imitar...Ele é muito forte, se eu o tivesse previsto, não falava em tais banhos” (1786, v.1, p. 36).⁴

Nos dois livros, a religião natural é defendida. Em ambos os casos, os homens têm um conhecimento da divindade por meio da razão natural, a qual infunde nos corações dos homens este mesmo conhecimento acerca do divino. Em ambos critica-se o fanatismo, a superstição – prejudicial ao trono e altar – e o ateísmo – reputado como o

⁴ No original francês: “les anciens Romains prévenoient ou guérriroient presque toutes leurs maladies en se baignant dans l’eau froid; encore aujourd’hui les Turcs & les Russes exécutent en ce genre des prodiges: & ce n’est pas à nous á les contredire, parce que nous n’avons pas le courage de les imiter.” (1777, v.5, p. 52-53).

crime mais grave que se pode imputar a um homem – como contrários à religião. As semelhanças em matérias religiosas param por aí.

No caso d’*O Filósofo Solitário*, o uso da razão natural no exame do Homem natural e das leis que o governam não representou a supressão da religião revelada e das verdades do Evangelho, ainda que, durante toda a exposição, a revelação quase nunca fosse lembrada e o Evangelho em si pouco citado. À exceção da introdução, parte em que fala “Aos Filósofos da Sociedade”, todo o seu discurso, inclusive sobre a religião, é pautado segundo os ditames da razão natural. Talvez buscasse com isso responder aos que, por meio da razão e religião natural, pretendiam destruir a revelada. Pois, como afirmou,

quero ligar à pena da confusão a turba infeliz destes Prometeus, que tem inundado o nosso século. Não busco por esta diligencia nem a estimação, nem o desprezo da sociedade. A minha pena já mais danificará nem aos Homens retos, nem as verdades da Religião (1786, v.1, s/p).

Enquanto na versão francesa, a defesa das leis naturais é acompanhada pela defesa da tolerância, na portuguesa, a mesma defesa caminha para a confirmação das verdades da religião revelada. Em uma andada lado a lado com a tolerância, na outra confirma a verdadeira fé católica revelada.⁵ O que não significa dizer que a versão portuguesa fosse totalmente harmônica e desprovida de tensões. Como ignorar os trechos nos quais o autor-tradutor, considerando “as impressões do sentido moral” defendeu que os homens podiam “dar a Deus um culto puro, e sincero, sem reconhecer outro sacerdote mais que nós mesmos, e sem outro altar mais que o nosso coração”, eliminando com isso a intermediação da igreja institucional? (1787, v.3, p. 60).⁶ Em meio a tantas seleções, exclusões e trechos originais inseridos, é curioso que o autor-tradutor tenha mantido este, em essência, tão radical.

⁵ “Adoptando, e seguindo as ideias de um novo Zoroastro, vou mostrar-vos o conceito, que tenho formado sobre o Homem, sobre os seus ofícios, sobre a origem das Artes, e das Ciências, sobre o culto que se deve ao Autor da Natureza; e por fim verei se posso mostrar em toda a sua luz as verdades da Religião Revelada” (*O Filósofo Solitário*, 1786, v 1, s/p).

⁶ Para um contraponto à visão do *Solitário* ver *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra* em especial o seguinte trecho: “Os Santos Padres são os Mestres, que Deus nos deu para nossos diretores, e guias; são os seguros Interpretes da sua Divina Palavra; são as fieis Testemunhas da Tradição da Igreja; são as luminosas Tochas, que espalham por toda a parte a luz da Verdade” (1771, p. 114).

Por outro lado, cumpre notar que a defesa das leis naturais, a mesma que em certa medida conduz ao princípio da religião natural, não implica na defesa, por parte do autor-tradutor português, de um gênero humano igualitário, como, por exemplo, visualiza-se em Rousseau. Tendo a discordar, nesse ponto, com a interpretação oferecida pela historiadora Ana Cristina Araújo, para quem a obra portuguesa:

[...] amplifica deliberadamente a visão antropológica e as principais linhas de força da teoria política de Rousseau, como nunca até então se tinha feito em público, em Portugal. A sua atitude não se inspira apenas no paradigma vivencial de Rousseau, traduz, de facto, uma adesão explícita aos enunciados filosóficos do *Discours sur les sciences et les arts*, do *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* e do *Contrat Social* (2004, p. 208).

Não obstante a defesa do homem natural e da lição racional da natureza, as críticas à sociedade e à medicina e a radicalidade política de alguns pequenos trechos, sobretudo, o diálogo entre o rei sueco Carlos XII e o filósofo Leibniz,⁷ não parece haver na versão portuguesa uma adesão à teoria de Rousseau como pressupõe Ana Cristina Araújo. Vejamos um exemplo.

Argumenta o Solitário que o homem em sociedade deve se governar pela vontade geral e não pela sua, pois sua felicidade está ligada a dos que o cercam. Por essa mesma vontade geral deve saber quando é indivíduo, quando é amigo, quando é

⁷ “*Carlos XII: Leibniz, eu trato os meus vassallos, segundo a sua natureza. Que cousa é liberdade? Por ventura existe algum Homem, que seja livre? [§] Leibniz: Senhor, o Homem livre é o Homem natural. As Leis são feitas para protegerem a liberdade; e os Reis existem para protegerem as Leis. [§] Carlos XII: Eis-aqui hum sonho de todos os Homens de gabinete; mas os Homens d’espada, que fazem mover o mundo, sabem todos que o que diz hum Rei o diz hum despótico; e que os Homens não são governados pelas Leis, são governados por canhões. [§] Os Filósofos fundão a liberdade politica sobre aquilo, a que eles chamam liberdade natural ; mas isto é uma quimera fundada sobre outra quimera. A Natureza não produziu entes livres: nós obedecemos todos necessariamente ao impulso de hum primeiro móvel. Eu figuro muitas vezes o Universo como um relógio superiormente trabalhado: Deus é a sua mola principal; os Reis são os seus eixos; e o resto dos Homens rodas subalternas”*(*O Filósofo Solitário*, 1787, v.3, p. 17-18). O diálogo intriga, sobretudo se tivermos em conta o regalismo e a ideia de que o poder dos reis vinha diretamente de Deus. Assim, Francisco Contente Domingues, ao analisar a polémica gerada em torno da Oração de Abertura recitada pelo padre Teodoro de Almeida na Academia de Ciências de Lisboa, citou uma carta-resposta, assinada por Emílio Lúcio Crispo. Dela transparecia a defesa do regalismo: O vassallo deveria adorar todas as decisões do trono e executá-las cegamente. Os reis, em seu entender, eram os substitutos de Deus, enfim deuses na terra, “e assim como contra Deus é um grande atentado, e impiedade falar, ou querer entender sobre a sua providencia; do mesmo modo no governo politico da terra para com os Reis” (Apud DOMINGUES, 1994, 133). A fala de Leibniz parece romper com este paradigma ao defender a precedência das leis naturais e deslocar a atuação do rei para a de mero defensor destas leis.

filho ou quando é cidadão. Deve buscar ser útil, pois só assim é Homem. Enfim, o bem comum deve prevalecer ao bem particular.

Até aqui tradução do original francês. Mas nem tudo foi traduzido. Pelo menos não literalmente. Enquanto o original afirmava

Enfin comme citoyen de l'univers, j'embrasserai tous les hommes dans ma bienveillance; & s'il étoit possible que leur intérêt fût essentiellement opposé à celui de mès concitoyens, j'immolerois sans balancer ma patrie, ma famille, & moi-même à la félicité du genre humain (1770, v.1, p.245-246).

A versão portuguesa contentava-se em dizer,

Enfim, como cidadão do Universo deve ajuntar ao amor da família, e da sua pátria o amor de todos os Homens; e se fosse possível que o seu interesse fosse essencialmente oposto ao de seus compatriotas, deve sem hesitação sacrificar o menor bem pelo maior (1787, v.3, p. 68).

Não só o termo gênero humano foi deixado de lado, como a noção de se sacrificar em relação a esta categoria. Tanto assim que, enquanto a versão francesa encerrou a reflexão no trecho acima, o autor-tradutor português prosseguiu afirmando de forma original que,

Abusa-se muito destas máximas nas sociedades, quando nelas entra o espirito da soberba; mas se chega a entrar o do governo, aniquilam se infalivelmente. É por esta causa que se com a primeira epidemia adoece gravemente o amor do próximo, com a segunda morre. Imaginai elevado pela fortuna a empenhar a vara do governo um indivíduo, a quem o nascimento tinha destinado para empunhar o cabo de um remo: vereis nascer o governo da Folia, a quem o mesmo Erasmo acharia mais digno das suas lagrimas, que da sua pena (1787, v.3, p. 68, 69).

No caso d'*O Filósofo Solitário*, o bem comum e o princípio do amor universal entre os homens não levam à construção de um gênero humano igualitário, tal qual se depreende da leitura de Rousseau.⁸ Mas aplicam-se à conservação da sociedade e das estruturas hierárquicas vigentes assentadas no nascimento.

⁸ Refiro-me, especificamente, ao seguinte trecho retirado do livro *Emílio ou da Educação*: “O homem é o mesmo em todos os estados [...] Diante daquele que pensa, todas as distinções civis desaparecem; ele

De tudo o que foi dito até aqui, difícil não perceber que lendo o livro francês e a versão portuguesa chega-se, não obstante todos os trechos copiados, não só a duas obras diferentes, mas, sobretudo, com significados distintos. Apesar do leitor de ambos se ver envolto nas leis naturais que regem o Universo e, por conseguinte, a ação humana e de ser informado tanto sobre a importância do estudo da natureza por meio da razão natural e da experiência quanto dos perigos da superstição e do fanatismo, dimensões opostas à religião natural, nem por isso era conduzido aos mesmos argumentos e conclusões nos dois livros. O autor-tradutor português retirou do original tudo aquilo que não concordava ou simplesmente sabia que era proibido de circular em terras lusas: as críticas a Inquisição, a análise sobre os milagres e o suicídio, a defesa da tolerância, trechos mais libidinosos, os louvores a Voltaire e as alusões a Rousseau, para citar apenas alguns. Inseriu, por sua vez, em diversos momentos, a crítica à filosofia escolástica e a defesa da “verdadeira” religião. Construiu assim uma obra nova, diretamente relacionada às principais discussões europeias setecentistas, mas devidamente filtradas sob o crivo de uma determinada estrutura social que queria conservar e perpetuar. Tinha consciência disso, pois, num panfleto intitulado *Risos do Filósofo Solitário*, fez questão de responder à denúncia lançada pelo *Amigo dos Homens* acerca da tradução. Em suas palavras:

A obra *Philosophie de la nature* é a melhor cousa que vi naquele gênero. Não se permite vulgarmente a sua leitura porque a sua doutrina em muitas partes é suspeitosa. Eu, depois que habito estas montanhas, protestei ser útil à sociedade pelo exercício do entendimento. Quis por esta causa purificar aquela obra, e remetê-la aos Atenienses; mas vendo que era necessário decepar muita cousa, e por isso mesmo inverter toda a ordem do original; e vendo ao mesmo tempo que para ficar Obra completa era preciso ser muito aumentada, resolvi-me a conservar com liberdade quanto me pareceu bom, protestando continuá-la na parte que diz respeito aos ofícios do homem sociável, enriquecendo-a com hum copioso exame sobre a origem das Artes, e das Ciências e também com a mais clara demonstração das verdades, que nos ensina a religião revelada. Nesta conjuntura pergunta-se aos Sábios se devia dar a esta obra o nome de simples tradução? (1788, p. 24).

vê as mesmas paixões e os mesmos sentimentos no homem rústico e no homem ilustre; só diferencia neles a linguagem, um matiz mais ou menos refinado e, se alguma diferença essencial os distingue, ela vai contra os mais dissimulados” (2004, p. 308-309).

Polêmica em torno d'*O filósofo Solitário*

Não obstante todas as alterações feitas e todas as justificativas dadas pelo autor-tradutor, a publicação da versão portuguesa gerou polêmicas entre os contemporâneos, resultando em uma intensa disputa literária entre os anos de 1787 e 1788. Segundo Ana Cristina Araújo (2004), ao menos dezessete panfletos foram publicados em sua resposta. Destes, tive acesso a apenas onze.

Os panfletos-respostas foram surgindo junto com a obra. O próprio Solitário endereçava-lhes respostas no decorrer de seu texto. Assim, ainda no primeiro volume, entre os livros primeiro e segundo, inseriu uma anedota curiosa. Dizia ela que, voltando para a sua gruta, encontrara no caminho uma “volumosa carta” destinada a ele, Solitário (1786, v.1, p. 45-47). O terceiro volume, por sua vez, foi iniciado com uma fala ao Amigo dos Homens, autor da *Resposta* (1787, v.3, p. 3).

Em geral, os panfletos são críticos; contestam, com base na razão e na mesma natureza, as críticas à medicina e à vida em sociedade feitas pelo Solitário. Para o Amigo dos Homens, por exemplo, o homem nasceu para viver em sociedade e, em especial, nas grandes sociedades. Viver na solidão significava, pois, ir contra um princípio natural. Aquela suposta idade de ouro, em que os homens tinham vivido no estado de inocência e na natureza, não passava de uma quimera dos “filósofos de romance”. Era a própria necessidade de sobrevivência física que os levaram a se reunir pelo menos em famílias: sozinhos, sem socorro, morreriam todos. O estado de solidão era, portanto, impossível de existir, afinal,

Um homem só não pode nada; em sociedade pode tudo. Com efeito, ele só é grande, só é forte, e só vive tranquilo, porque soube sujeitar as leis, que se quis impor: o homem em fim só é homem, por que se soube unir ao homem (Resposta ao Filósofo Solitário, 1787, p. 8).

Se o homem nasceu para viver em sociedade, por sua vez, somente nela ele podia cumprir o que devia a si, aos outros homens e a Deus. A sobrevivência da “República” dependia da existência de “membros ativos, e oficiosos” (*Ibidem*, p. 9).

Uma vez descoberta a tradução, passaram a contestar também o estatuto de filósofo do Solitário. Um verdadeiro filósofo, dizia um panfleto, segue as suas próprias

ideias, contempla a natureza por si e é eclético, “logo o Solitário seguindo as ideias de um novo Zoroastro não é verdadeiro Filósofo”(O Filósofo Solitário convencido por si mesmo, 1788, p. 6). Outro questionava se é “Filosofia escrever quanto se sabe e não sabe, trasladar e vender por suas doutrinas alheias, velhas umas, pouco exatas outras, falsas muitas e não pouco perigosas” (A pratica que teve o pai do Filósofo Solitário, 1787, p. 7).

Houve quem chegasse ao ponto de afirmar que todo o livro do Solitário era inútil.

A’ vista, pois, do que tempos desapaixonadamente expendido sobre o terceiro tomo do Filósofo Solitário, sem dúvida se deve concluir, que esta obra puerilmente traduzida é tão fútil, monstruosa, e nociva, como as outras também já criticadas, e para dizermos tudo de uma vez, que, a usar-se de comisseração, só merece o unânime desprezo de todas as Nações cultas, a quem ela indevida, e grosseiramente não só calunia, mas satiriza (Demonstraçam analítica, 1787, p. 23).

Em geral, não foi a defesa do estudo da natureza que desencadeou toda essa discussão em torno do *Filósofo Solitário*. Não era isto que estava em jogo. Num primeiro momento a controvérsia girou em torno da necessidade de definir como e onde devia ser feito esse estudo: se na solidão ou se na sociedade. Posteriormente, em torno do próprio estatuto do filósofo.

No primeiro caso, vislumbra-se um debate maior no qual entram em jogo as noções de felicidade dos homens e de prosperidade do reino. Debate este que, aliás, não parece ter se restringido a controvérsia literária causada pela publicação do livro *O Filósofo solitário*. Poucos anos antes, por volta de 1784, os jovens Antônio Pereira de Souza Caldas e Francisco Borja Garção Stockler, após lerem Rousseau, passaram a disputar sobre as vantagens da vida social. A disputa redundou em dois poemas. Um dedicado ao homem natural e conforme o pensamento de Rousseau, escrito por Caldas, e outro dedicado às vantagens da vida social, escrito por Stockler. Assim, enquanto Caldas questionava, em tom de lamento:

O Razão, onde habitas?...na morada
Do crime furiosa,
Polida, mas cruel, paramentada

Com as roupas do Vicio; ou na ditosa
Cabana virtuosa
Do selvagem grosseiro?...Dize...aonde?
Eu te chamo, ó filósofo! Responde (STOCKLER, 1821, p. 129).

Stockler, respondia:

Tu, só tu, puro Amor, despir podes
Da estúpida bruteza a humana espécie;
Só tu soubeste unir em firmes laços
Os dispersos humanos.
Sem ti insociáveis viveriam,
[...] embrenhados
Ou nos sombrios verdes-negros bosques
Em pasmada tristeza (Idem, p. 131).

Forçoso notar que, pelo mesmo período, um grupo de letrados de Nova Granada, preocupados com a prosperidade e felicidade do reino, defendia a importância da vida em sociedade. Negá-la, argumentavam, era mostra-se falta de “humanidade” (SILVA, 2002, p. 580).

Considerações finais

Misto de tradução e de originalidade, a obra *O Filósofo Solitário* causou certo alvoroço no mundo literário luso. Não tanto pela defesa das leis naturais, mas principalmente pela crítica a vida em sociedade, à medicina e pelo embuste na autoria. A versão espanhola, apesar de contemporânea, não mencionou a sobredita polêmica, limitando-se a pontuar a boa acolhida do livro no reino vizinho. E, ao contrário de muitos panfletos, considerou-a, dado o ceticismo moderado e razoável com que expressava certos princípios, útil à felicidade dos homens sobre a terra (1788, v.1, p. 7).

Útil também fora concebida a obra francesa *De la philosophie de la nature*. Tanto assim que o autor-tradutor português, sob o título de *Filósofo Solitário*, se esforçou em eliminar dela tudo aquilo que considerava suspeito. Se, de fato, pretendia fazer os homens melhores e mais sábios, como supôs o autor do panfleto *Demonstração Analítica*, não se pode afirmar com certeza. De todo o modo, a leitura da

obra *O Filósofo Solitário*, à luz das seleções feitas em relação ao texto original francês e dos debates gerados por sua publicação, possibilita algumas reflexões mais gerais.

Em primeiro lugar, o texto português insere-se, não obstante todos os cortes feitos na matriz francesa, dentro de uma perspectiva naturalista. O uso da razão natural no exame do homem natural foi considerado por si só suficiente. Contrariou com isso ideias contemporâneas às suas que não só atestavam as limitações da razão natural por causa da natureza humana decaída, como, em função disso, defendiam o auxílio da graça.

A ruptura, porém, não foi total, donde surge a segunda reflexão. Não obstante a adoção de uma abordagem naturalista, esta não implicou em um questionamento das verdades da religião revelada. Daí ter eliminado os trechos que conduziam ao tolerantismo, as análises sobre os milagres e ter inserido os juízos negativos acerca das outras religiões e de todos aqueles que, de algum modo, afrontavam a tradição cristã, como foi o caso de Maquiavel. Desse ponto de vista, a obra pode ser igualmente inserida dentro de outra perspectiva mais geral existente à época e compartilhada por alguns letrados lusos: a que defendia a demonstração das verdades reveladas via razão. Para António Soares Barbosa cabia ao filósofo chegar aos dogmas morais propostos pela revelação via demonstração (CALAFATE, 1998, p. 200). Leia-se bem: demonstrá-los, não contrariá-los. O Solitário parece ter levado essa tentativa de demonstração ao extremo. Se, conforme fizera questão de afirmar, buscava com a sua obra defender e demonstrar as verdades da religião revelada, ela, em si, quase não foi citada no decurso da narrativa.

Enfim, entre traduções, cortes e originalidades, buscou apresentar ao leitor português um determinado tipo de homem e uma determinada forma de vivência social envolto ambos por uma natureza a-histórica, e, neste sentido, permeada por leis imutáveis e eternas. Se a revelação não foi deixada de lado, também não conduziu os argumentos. Coube à razão natural guiá-lo nesta tarefa, cujo fim último, conforme ele mesmo explicara, era demonstrar as verdades reveladas. Nem todos concordaram com os seus argumentos e com os caminhos adotados. Daí, os panfletos.

Diante do quadro exposto, convém retornar à pergunta lançada na introdução: seria *O Filósofo Solitário* uma expressão do Iluminismo Católico Português? Não obstante a importância da pergunta, ela não deixa de esconder algumas armadilhas. Se,

por um lado, a obra conduz a questões próprias ao cenário lusitano e, por conseguinte, ao peso da religião católica revelada nesta sociedade, por outro, de um modo geral, os argumentos apresentados no livro encontram-se diretamente relacionados ao debate filosófico setecentista europeu. Tanto assim que, não obstante todas as alterações feitas pelo anónimo português, a publicação do livro não deixou de gerar polémica.

Assim, mais do que uma oposição entre supostos sistemas de ideias fechados geograficamente e encerrados em expressões como “Iluminismo católico” ou “Iluminismo francês”, o caso d’*O Filósofo Solitário* convida a uma reflexão não apenas sobre o processo de circulação de ideias, mas principalmente sobre os usos múltiplos a que estas ideias foram submetidas. Nesse sentido, convém não esquecer que embora a versão portuguesa adote uma postura menos radical em assuntos religiosos – daí a aprovação pela censura lusa nos idos da década de 1780 –, o livro não pode ser tomado como uma expressão total do movimento de ideias sobre a religião existente em Portugal à época. Nesse caso, talvez o problema maior não esteja em considerá-lo uma expressão daquilo que se convencionou chamar de Iluminismo Católico, mas em apresentar aquilo que seria apenas uma vertente do movimento de ideias existente em terras lusas ao final do século, como expressão total deste mesmo movimento. Uma análise da documentação inquisitorial produzida no mesmo período conduziria, por exemplo, a outros rumos e a outras reflexões. Mas isso já seria outra história.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, António Alberto de. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra, 1966.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Real Mesa Censória, cx. 7, nº 22.

ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 3250.

ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 6111.

A prática que teve o pai do Filósofo Solitário, com o senhor seu compadre, acerca dos estudos e obras de seu filho. Dada a luz por ele mesmo, para desengano e satisfação do respeitável público. Lisboa: Na off. De Francisco Borges de Sousa. 1787.

ARAÚJO, Ana Cristina. O Filósofo Solitário e a esfera pública das Luzes. In: *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. [online]. Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4962.pdf> (Acesso em 10 de junho de 2010).

- CALAFATE, Pedro. *Metamorfoses da palavra: Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1771.
- CONTENTE, Francisco Domingues Contente. *Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- De la philosophie de la nature*. Amsterdam: Chez Arkstée & Merkus, 1770. 3v.
- De la philosophie de la nature*. 3ª edition. Londres: 1777. v.4-6.
- Demonstração analítica de todos os erros, prejuízos e futilidades que contem o terceiro tomo do Filósofo Solitario há bem poucos dias dado a luz*. Por um iniciado filósofo, amante da sociedade. Lisboa: Na off. De Francisco Borges de Sousa, 1787.
- El Filósofo Solitario, obra instructiva, curiosa y filosófica: compuesta por un sábio anonimo portugues*. En la Imprenta de Benito Cano. 1788.
- Gaceta del gobierno del Mexico*, 20 de Agosto de 1814, v.5, nº616.
- LISBOA, João Luís. *Ciência e política*. Ler nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1991.
- Memorial instructivo y curioso de la Corte de Madrid*. En la imprenta real, 1789.
- O Filósofo Solitario*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. 1786-1787. 3v.
- O Filósofo Solitario convencido por si mesmo*. Lisboa: Na off. De Lino da silva godinho, 1788.
- Resposta ao Filósofo Solitario, em abono da verdade por hum amigo dos Homens*. Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1787.
- Resposta segunda ao Filósofo Solitário, por hum amigo dos homens*. Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1787.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SILVA, Renan. *Los ilustrados de Nueva Granada, 1760-1808*. Medellín, 2002.
- STOCKLER, Borja Garção (notas e aditamentos). *Poesias Sacras e Profanas do Rev^{do}Ant^o Pereira de Souza Caldas*, 1821.

Recebido em 16 de Janeiro 2014/
Aprovado em 20 de Junho 2014.